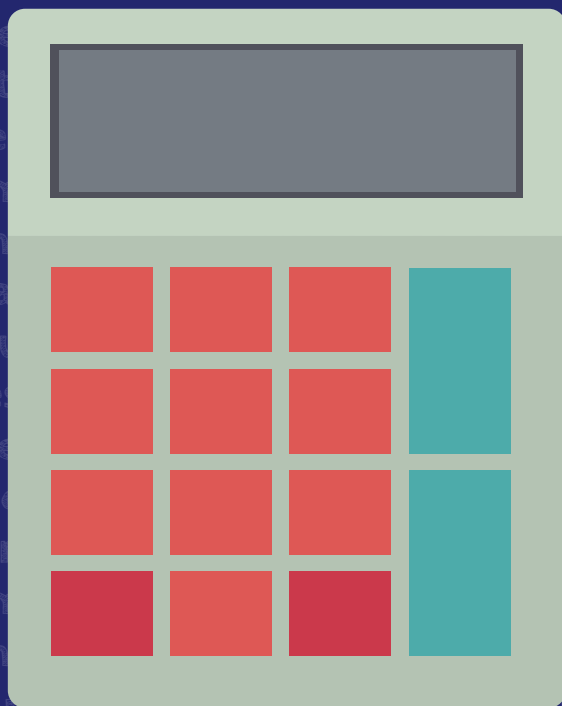


Momento de Estudar

PROVA EXAME DE SUFICIÊNCIA CFC 2022.2



Prof^ª. Eliane Reis

www.momentodeestudar.com.br

INTRODUÇÃO:

Você realizou o download do arquivo da **Prova Exame de Suficiência SEM Comentários** disponibilizado gratuitamente no site www.momentodeestudar.com.br

Como aproveitar esse arquivo da melhor forma possível:

1. Resolva essa prova sem consulta para simular o ambiente de prova com duração de 4 horas;
2. No dia da prova você poderá utilizar caneta esferográfica e uma calculadora (comum, HP12C ou científica);
3. No nosso canal no Youtube você encontra a resolução de algumas questões;
4. Acompanhe a resolução em vídeo com esse arquivo em mãos ou;
5. Você pode adquirir o ebook na versão comentada



APRESENTAÇÃO

PROFª ELIANE REIS | MOMENTO DE ESTUDAR

Sou fundadora do Momento de Estudar desde 2013 e Servidora Público Federal como Técnico Administrativo em Educação desde 2014, Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia e Especialista em Gestão de Negócios e Marketing pela Universidade Cândido Mendes.

Fui aprovada no meu primeiro e único Exame de Suficiência lá em 2013 e desde então meu objetivo é te levar a aprovação para que o registro te abra inúmeras portas profissionais na sua vida. E também contribuo com sua jornada nos concursos públicos.

Me siga nas redes sociais utilizando os QR Codes ao lado:



Youtube



Instagram

MATRICULE-SE:

MOMENTO DE ESTUDAR PARA O CRC - Preparatório para o Exame de Suficiência

Venha estudar com a gente! Basta clicar no link abaixo ou visitar o Blog:

www.momentodeestudar.com.br/mdecrc



/MOMENTODEESTUDAR

Prova Exame de Suficiência CFC 2022.2 (prova branca)

01. (CFC/Consulplan/2022.2/Q01) Uma sociedade empresária apresentou em 31/12/2020 os seguintes saldos nas contas do Patrimônio Líquido:

Patrimônio Líquido	
Capital Social	R\$ 60.000,00
Reserva de Capital	R\$ 15.000,00
Reserva de Lucros	R\$ 5.000,00
Lucros / Prejuízos Acumulados	R\$ 10.000,00
Total do PL	R\$ 90.000,00

Durante o exercício social de 2021, ocorreram os seguintes eventos:

- Aumento de Capital por incorporação de Reservas de Capital no valor de R\$ 15.000,00;
- Lucro Líquido do período no valor de R\$ 40.000,00; e,
- Proposta de destinação do lucro para constituição das Reservas de Lucros no valor de R\$ 6.000,00 e para Dividendos

Obrigatórios no valor de R\$ 20.000,00.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e o disposto na NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, é correto afirmar, em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentada em 31/12/2021, que:

(Utilizar o quadro disponibilizado, se necessário.)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021					
CONTAS	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo inicial					
Aumento de Capital					
Lucro Líquido					
Reservas de Lucros					
Dividendos					
Saldo final					

- Os saldos finais das Reservas de Lucros e das Reservas de Capital foram, respectivamente, de R\$ 6.000,00 e R\$ 15.000,00.
- As variações do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados correspondem, respectivamente, a R\$ 40.000,00 e R\$ 34.000,00.
- Os saldos finais do Patrimônio Líquido e de Lucros / Prejuízos Acumulados foram, respectivamente, de R\$ 110.000,00 e R\$ 24.000,00.
- O saldo final de Capital Social de R\$ 45.000,00 e a movimentação da Distribuição de Dividendos aumentaram o saldo de Lucros / Prejuízos Acumulados em R\$ 20.000,00.

02. (CFC/Consulplan/2022.2/Q02) Uma sociedade empresária apresentou os seguintes dados extraídos da contabilidade em 31/12/2021:

Saldos em 31/12/2020	R\$	Saldos em 31/12/2021	R\$	Movimentação em 2021	R\$
Duplicatas a Receber	48.000,00	Duplicatas a Receber	26.000,00	Vendas de Mercadorias	180.000,00
Fornecedores	22.000,00	Fornecedores	31.000,00	Compras de Mercadorias	132.000,00

Informações adicionais:

- Todas as Compras de Mercadorias para Revenda e as Vendas de Mercadorias foram efetuadas a prazo;
- Não houveram outros eventos classificados em atividades operacionais; e,
- A Demonstração dos Fluxos de Caixa é elaborada pelo Método Direto.

Considerando somente as informações disponibilizadas e de acordo com a NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar que o caixa gerado pelo recebimento de Duplicatas a Receber (Vendas de Mercadorias) e o caixa consumido para pagamento de Fornecedores (Compras de Mercadorias) foram, respectivamente, de:

- a) R\$ 79.000,00 e R\$ 48.000,00.
- b) R\$ 158.000,00 e R\$ 141.000,00.
- c) R\$ 180.000,00 e R\$ 132.000,00.
- d) R\$ 202.000,00 e R\$ 123.000,00.

03. (CFC/Consulplan/2022.2/Q03) Uma sociedade empresária apresentou, após a apuração do resultado do exercício, os saldos das seguintes contas patrimoniais em 31/12/2021:

	Valores em R\$
Bancos conta Movimento	22.000,00
Caixa	35.000,00
Depreciação Acumulada de Edificações	5.000,00
Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos	1.850,00
Depreciação Acumulada de Móveis e Utensílios	4.500,00
Depreciação Acumulada de Veículos	3.000,00
Despesas Antecipadas	950,00
Duplicatas a Receber	8.000,00
Edificações	30.000,00
Financiamentos – Longo Prazo	40.000,00
Fornecedores	7.500,00
ICMS a Recolher	2.400,00
ICMS a Recuperar	1.100,00
Máquinas e Equipamentos	15.000,00

Mercadorias para Revenda	11.000,00
Móveis e Utensílios	12.000,00
Salários a Pagar	6.000,00
Veículos	10.000,00

Sabe-se que o resultado do exercício já foi apurado. Considerando somente as informações apresentadas e de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e a Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, assinale os respectivos saldos do Ativo não Circulante – Imobilizado e do Patrimônio Líquido a serem evidenciados no Balanço Patrimonial em 31/12/2021.

- a) R\$ 52.650,00; R\$ 74.800,00.
- b) R\$ 53.600,00; R\$ 73.850,00.
- c) R\$ 67.000,00; R\$ 60.450,00.
- d) R\$ 130.700,00; R\$ 55.900,00.

04. (CFC/Consulplan/2022.2/Q04) Uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos em suas contas de resultado em 31/12/2021:

Contas	Valores em R\$
Abatimentos sobre vendas	12.000,00
COFINS sobre faturamento	9.600,00
Comissões sobre vendas	16.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	145.000,00
Descontos condicionais concedidos	3.000,00
ICMS sobre vendas	57.600,00
PIS sobre faturamento	2.080,00
Receita de Vendas	320.000,00
Vendas Canceladas	6.400,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e de acordo com a Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, os valores da Receita Líquida de Vendas e do Lucro Bruto evidenciados na Demonstração do Resultado em 31/12/2021 correspondem, respectivamente, a:

- a) R\$ 232.320,00; R\$ 87.320,00.
- b) R\$ 213.320,00; R\$ 68.320,00.
- c) R\$ 301.600,00; R\$ 87.860,00.
- d) R\$ 250.720,00; R\$ 105.720,00.

05. (CFC/Consulplan/2022.2/Q05) Uma sociedade empresária apresentou a seguinte Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido com os saldos de 31/12/2020:

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Valores em R\$						
CONTAS	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
		Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva para Contingências		
Saldo inicial (31/12/2020)	R\$ 150.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00	(R\$ 55.000,00)	R\$ 119.000,00
Aumento de Capital em dinheiro						
Reversão Reserva para Contingência						
Lucro Líquido do Período						
Constituição de Reserva Legal						
Constituição de Reserva Estatutária						
Distribuição de Dividendos						
Saldo final (31/12/2021)						

Durante o exercício social de 2021 ocorreram os seguintes eventos que impactaram nas contas do Patrimônio Líquido:

Aumento do Capital Social em dinheiro	R\$ 30.000,00
Reversão da Reserva para Contingências	R\$ 20.000,00
Lucro Líquido do exercício	R\$ 280.000,00
Constituição de Reserva Legal	R\$ 14.000,00
Constituição de Reserva Estatutária	R\$ 28.000,00
Dividendos Obrigatórios a Distribuir	R\$ 140.000,00

Considerando exclusivamente os dados fornecidos e de acordo com a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2021 deverá evidenciar:

- Saldo final de Capital Social de R\$ 180.000,00 e da Reserva para Contingências de R\$ 20.000,00.
- Saldo final de Capital Social que corresponderá a R\$ 172.000,00 e variação das Reservas de Lucros de R\$ 42.000,00.
- Saldo final de Lucros e Prejuízos Acumulados de R\$ 63.000,00 e variação do Patrimônio Líquido de R\$ 170.000,00.
- Saldo final de Lucro e Prejuízos Acumulados corresponderá a R\$ 203.000,00 e do Patrimônio Líquido a R\$ 429.000,00.

06. (CFC/Consulplan/2022.2/Q06) Uma sociedade empresária apresentou as seguintes informações relativas ao exercício social de 2021:

- O Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 18.500,00;
- A Despesa com Depreciação, no exercício, foi de R\$ 1.300,00;
- Os valores totais das variações ocorridas nas contas do Ativo Circulante e Passivo Circulante foram:

Duplicatas a Receber: aumento de R\$ 7.000,00;
Estoques de Mercadoria para Revenda: diminuição de R\$ 9.000,00;
Fornecedores: aumento de R\$ 5.000,00; e,
Outras Obrigações a Pagar: diminuição de R\$ 1.500,00;

- Recebimento do valor de R\$ 2.000,00 referente à venda de item do Imobilizado, sem ganho ou perda de capital na operação; e,
- Pagamento do valor de R\$ 20.000,00 relativo à parcela de Financiamento realizado em 2019.

Considerando as informações apresentadas e o disposto na NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar que a Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2021 evidenciará uma Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa de:

- a) (R\$ 3.700,00).
- b) R\$ 7.300,00.
- c) R\$ 3.300,00.
- d) R\$ 47.300,00.

07. (CFC/Consulplan/2022.2/Q07) Uma sociedade empresária optante pelo Lucro Presumido tem um funcionário contratado pelo regime da CLT, em março de 2022, que não possui dependentes e sobre o qual foram apresentadas as seguintes informações referentes à sua remuneração:

Discriminação	R\$
Salário mensal	2.200,00
Horas Extras + Descanso Semanal Remunerado sobre Horas Extras	260,00
TOTAL	2.460,00

As tabelas a seguir apresentam as bases de cálculo e as alíquotas de INSS e IRRF vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022:

Tabela de Contribuição do INSS para 2022				
Base de Cálculo		Alíquota	Dedução	
R\$		R\$	%	R\$
0,00	a	1.212,00 (Salário mínimo)	7,5%	0,00
1.212,01	a	2.427,35	9,0%	18,18
2.427,36	a	3.641,03	12,0%	91,00
3.641,04	a	7.087,22	14,00%	163,82

Tabela do IRRF para 2022 – Valores mensais				
Base de Cálculo			Alíquota	Dedução
R\$		R\$	%	R\$
0,00	a	1.903,98	Isento	0,00
1.903,99	a	2.826,65	7,5%	142,80
2.826,66	a	3.751,05	15,0%	354,80
3.751,06	a	4.664,68	22,5%	636,13
a partir de 4.664,69			27,5%	869,36

A tabela a seguir apresenta os percentuais em que está submetida a sociedade empresária para cálculo dos encargos sociais.

INSS – Encargos do Empregador	
Fundo de Previdência e Assistência Social – FPAS	20,0%
Contribuições para Terceiros	5,8%
Seguro Acidente de Trabalho – SAT (Já olvidados: Fator Acidentário de Prevenção – FAP e Risco de Acidente no Trabalho – RAT	2,0%
TOTAL	27,8%

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	8,0%
--	-------------

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, o valor da remuneração líquida do empregado e dos encargos sociais (parte da empresa) a serem pagos, referentes a março de 2022, correspondem, aproximadamente (para fins de simplificação), a:

- a) R\$ 2.123,00 e R\$ 831,00.
- b) R\$ 2.230,00 e R\$ 881,00.
- c) R\$ 2.033,00 e R\$ 684,00.
- d) R\$ 2.257,00 e R\$ 907,00.

08. (CFC/Consulplan/2022.2/Q08) O advogado de determinada entidade empresária do setor de serviços apresentou as seguintes informações referentes às questões judiciais movidas em desfavor da empresa:

Processo	Valor	Chance de ocorrência
Processo trabalhista relativo a horas extras	R\$ 100.000,00	Provável
Processo trabalhista relativo a trabalho análogo à escravidão	R\$ 80.000,00	Remota
Processo civil relativo a danos corporais advindos de acidentes de trabalho	R\$ 70.000,00	Possível
Processo tributário relativo a recolhimento do ISSQN	R\$ 60.000,00	Provável
Processo tributário relativo a Imposto de Renda Pessoa Jurídica	R\$ 50.000,00	Provável

Considerando as informações disponibilizadas e as disposições da NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, podemos afirmar que a empresa:

- a) Deverá reconhecer como provisão o valor de R\$ 280.000,00 dos processos.
- b) Não deverá divulgar o valor de R\$ 150.000,00 dos processos como passivo contingente.
- c) Deverá apenas divulgar o valor de R\$ 70.000,00 de processos como passivo contingente.
- d) Deverá divulgar, mas não reconhecer, R\$ 80.000,00 de processos como passivo contingente.

09. (CFC/Consulplan/2022.2/Q09) Determinada sociedade empresária apresentou o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado nos anos de X1 e X2.

Balanço Patrimonial (R\$)		
Ativos	31-12-X1	31-12-X2
Caixa	R\$ 159.000,00	R\$ 191.000,00
Contas a receber	R\$ 15.000,00	R\$ 12.000,00
Estoques	R\$ 160.000,00	R\$ 130.000,00
Despesas pagas antecipadamente	R\$ 8.000,00	R\$ 6.000,00
Terreno	R\$ 80.000,00	R\$ 180.000,00
Equipamentos		R\$ 163.000,00
Depreciação acumulada		R\$ (19.000,00)
Total do Ativo	R\$ 422.000,00	R\$ 663.000,00
Passivos e PL		
Fornecedor	R\$ 60.000,00	R\$ 52.000,00
Despesa provisionadas a pagar (operacionais)	R\$ 20.000,00	R\$ 15.000,00
Impostos de Renda a pagar		R\$ 12.000,00
Títulos de dívida a pagar		R\$ 90.000,00
Ações Ordinárias	R\$ 300.000,00	R\$ 400.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 42.000,00	R\$ 94.000,00
Total do Passivo	R\$ 422.000,00	R\$ 663.000,00

Demonstração do Resultado 31-12-X2	
Receitas	R\$ 975.000,00
Custos das Mercadorias Vendidas	(R\$ 660.000,00)
Despesas Operacionais (excluindo Depreciação)	(R\$ 176.000,00)
Despesas de Depreciação	(R\$ 19.000,00)
Lucro Antes do Imposto de Renda	R\$ 120.000,00
Despesa de Imposto de Renda	(R\$ 36.000,00)
Lucro Líquido	R\$ 84.000,00

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, a NBC TG 03 (R3) – Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), em relação à DFC dessa empresa, apurada em 31-12-20X2, assinale a afirmativa correta.

- a) O caixa gerado nas atividades operacionais foi R\$ 32.000,00.
- b) O caixa gerado nas atividades operacionais foi R\$ 137.000,00.
- c) O caixa gerado nas atividades de investimento foi R\$ 58.000,00.
- d) O caixa consumido nas atividades de financiamento foi R\$ 163.000,00.

10. (CFC/Consulplan/2022.2/Q10) Determinada entidade empresária do ramo comercial apresentou, no mês de janeiro, as seguintes operações:

- 05/01 – Compra de 20 unidades de mercadorias, a prazo, a R\$ 110,00 cada uma;
- 06/01 – Devolução de uma das unidades de mercadorias adquirida no dia anterior;
- 07/01 – Abatimento de R\$ 5,00 por unidade sobre as 19 unidades das mercadorias restantes (adquiridas em 05/01);
- 08/01 – Venda a prazo de 20 unidades de mercadorias pelo total de R\$ 4.000,00;
- 09/01 – Recebimento em devolução de duas unidades da venda anterior;
- 10/01 – Abatimento concedido sobre as demais mercadorias vendidas no total de R\$ 230,00; e,
- Estoque inicial constituído de 5 unidades adquiridas a R\$ 100,00 cada uma.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, sabendo que a empresa utiliza o método de avaliação de estoque “Primeiro a Entrar Primeiro a Sair (PEPS)”, assinale, a seguir, o valor do Custo da Mercadorias Vendidas no dia 08/01.

- a) R\$ 1.865,00
- b) R\$ 2.075,00
- c) R\$ 2.590,00
- d) R\$ 2.700,00

11. (CFC/Consulplan/2022.2/Q11) Determinada sociedade empresária do ramo comercial apresentou os seguintes saldos iniciais em 1º/01/20XX:

Banco Conta Movimento	R\$ 160.000,00
Estoque de Mercadorias (200 unidades)	R\$ 20.000,00
Clientes	R\$ 60.000,00
Fornecedores	R\$ 130.000,00
Empréstimos – Curto Prazo	R\$ 40.000,00
Veículos	R\$ 40.000,00
Imóveis	R\$ 80.000,00
Capital Social	R\$ 308.500,00
Depreciação Acumulada Veículos	R\$ 500,00
Despesa Antecipada (Aluguel)	R\$ 120.000,00
Depreciação Acumulada Imóveis	R\$ 1.000,00

Durante o mês de janeiro do citado ano, ocorreram as operações descritas a seguir; analise-as.

01/01/20XX: Empresa vende à vista 100 unidades de mercadorias que estavam no estoque por R\$ 300,00 cada unidade.

05/01/20XX: Clientes pagaram a metade do que deviam.

04/01/20XX: Empresa comprou 50 unidades de mercadorias para revenda no valor total de R\$ 5.000,00, pagando à vista.

10/01/20XX: Empresa pagou 40% do que devia aos fornecedores.

15/01/20XX: Sócio integralizou capital no montante de R\$ 200.000,00, sendo metade integralizada na conta bancária e o restante em um imóvel.

17/01/20XX: Empresa vendeu 40 unidades de mercadorias a R\$ 250,00 cada. A venda foi a prazo.

20/01/20XX: Empresa pagou metade do empréstimo bancário.

21/01/20XX: Empresa reconheceu a despesa com energia elétrica e água, pagando o valor de R\$ 1.000,00.

31/01/20XX: Empresa reconheceu um mês de despesa com aluguel pago antecipadamente.

31/01/20XX: Empresa fez o reconhecimento da despesa com salários no valor de R\$ 3.000,00. Tal quantia será paga no mês seguinte.

31/01/20XX: Empresa fez a contabilização da depreciação e a amortização dos bens do ativo imobilizado de acordo com a legislação fiscal e com o quadro a seguir:

	Taxa Anual	Anos de Vida Útil
Veículos	20%	5
Imóveis	4%	25

Considerando exclusivamente as informações disponibilizadas e, ainda, a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em relação ao Balanço Patrimonial da empresa, apurado em 31/01/20XX, assinale a afirmativa correta.

- a) O total do Ativo Circulante é R\$ 403.000,00.
- b) O total do Passivo Circulante é R\$ 217.566,66.
- c) O total do Ativo Não Circulante é R\$ 101.000,00.
- d) O total do Passivo Não Circulante é R\$ 20.000,00.

12. (CFC/Consulplan/2022.2/Q12) Duas sociedades empresárias – empresa A e empresa B – realizaram uma operação conjunta no ano de X2. Essa operação se referiu à compra de 80% da empresa B pela empresa A, no valor de R\$ 50.000,00. O Balanço Patrimonial das duas empresas, no ano de X1, encontra-se disponibilizado a seguir:

ATIVO			PASSIVO		
	Empresa A	Empresa B		Empresa A	Empresa B
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Bancos	R\$ 150.000,00	R\$ 10.000,00			
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Imobilizado					
Terreno		R\$ 10.000,00	Patrimônio Líquido		
			Capital Social	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00	TOTAL DO PASSIVO	R\$ 150.000,00	R\$ 20.000,00

Na data da compra, o valor de mercado do terreno era R\$ 20.000,00. Há, também, o valor de mercado da marca da empresa B, que era de R\$ 8.000,00. Nesse sentido, considerando exclusivamente tais informações, qual o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura na combinação de negócio (também chamado de goodwill) total contabilizado no Balanço Patrimonial consolidado ao final de X2?

(Considerar que o valor justo da parcela dos não controladores é igual ao do valor pago pelo novo controlador.)

- a) R\$ 12.500,00
- b) R\$ 24.500,00
- c) R\$ 38.000,00
- d) R\$ 50.000,00

13. (CFC/Consulplan/2022.2/Q13) Uma sociedade empresária optante do lucro real apresentou as seguintes despesas, custos e receitas em 2021:

- Receita de serviços prestados (tributável): R\$ 500.000,00;
- Receita de equivalência patrimonial (não tributável): R\$ 20.000,00;
- Custos dos serviços prestados (dedutíveis): R\$ 250.000,00;
- Despesas com provisão para processos trabalhistas (não dedutíveis – temporárias): R\$ 50.000,00; e,
- Despesas com multas (não dedutíveis): R\$ 40.000,00.

A sociedade empresária apresenta histórico de lucratividade e um estudo detalhado que também prevê a apuração de lucro nos próximos cinco anos. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, o lucro líquido (contábil) da sociedade empresária, em 31/12/2021, considerando a alíquota fixa de tributos sobre o lucro de 34% foi:

- a) R\$ 95.000,00

- b) R\$ 108.800,00
- c) R\$ 112.000,00
- d) R\$ 180.000,00

14. (CFC/Consulplan/2022.2/Q14) Uma indústria adquiriu um equipamento de grande porte em 1º de julho de 2020. Para aquisição da máquina, a sociedade deveria desembolsar R\$ 1.500.000,00 à vista. Após analisar o seu fluxo de caixa, a administração da indústria decidiu financiar o pagamento da máquina junto ao fornecedor em 36 parcelas mensais de R\$ 50.000,00, totalizando R\$ 1.800.000,00. Adicionalmente, a empresa ainda desembolsou R\$ 52.000,00 para transportar a máquina da sede do fornecedor ao local de sua instalação;

R\$ 160.000,00 com tributos não recuperáveis; e, R\$ 10.000,00 com seguro no transporte. Sabe-se que a indústria contratou uma empresa especializada para realizar a instalação e incorreu em gastos com instalação no montante de R\$ 70.000,00. Findada a instalação, a fase de testes do funcionamento da máquina gerou custos de R\$ 14.000,00 e as amostras produzidas, na fase de testes, foram vendidas por R\$ 6.000,00.

Devidamente instalada e testada, a máquina ficou apta para produzir em 1º de outubro de 2020. Posteriormente, a empresa pagou R\$ 5.000,00 na realização de um curso para treinamento de seus empregados a fim de operar o equipamento.

O método de unidades produzidas foi adotado para o cálculo da depreciação, considerando valor residual de 10% do custo de aquisição. A capacidade estimada de produção ao longo da vida útil da máquina é de 2.000.000 unidades. Em 2020, a produção foi de 60.000 unidades. Em 2021, a produção foi de 220.000 unidades.

Considerando tais informações e, ainda, de acordo com a NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, é correto afirmar que o valor contábil líquido (deduzido o saldo da depreciação acumulada) desse ativo, em 31/12/2021, foi:

- a) R\$ 1.566.208,00
- b) R\$ 1.573.200,00
- c) R\$ 1.577.570,00
- d) R\$ 1.835.400,00

15. (CFC/Consulplan/2022.2/Q15) A empresa Potiffar Ltda. atua no ramo de revenda de celulares para consumidores finais. No dia 10/08/2022, a empresa adquiriu dez celulares da marca Xonglong, sendo o valor total da nota fiscal de entrada de R\$ 21.120,00, pagando 50% à vista e 50% para pagamento em dois meses. Na operação incidem IPI à alíquota de 10% (com valor destacado na Nota Fiscal) e ICMS de 18%. Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas, a situação descrita e o disposto na NBC TG 16 (R2) – Estoques, a escrituração contábil da operação no Livro Diário será:

- a) D – Mercadorias para revenda R\$ 17.664,00
D – ICMS a recuperar R\$ 3.456,00
C – Bancos Conta Movimento R\$ 10.560,00

- C – Fornecedores Nacionais R\$ 10.560,00
- b) D – Mercadorias para revenda R\$ 15.774,00
D – ICMS a recuperar R\$ 3.456,00
D – IPI a recuperar R\$ 1.920,00
C – Bancos Conta Movimento R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais R\$ 10.560,00
- c) D – Mercadorias para revenda R\$ 17.318,40
D – ICMS a recuperar R\$ 3.801,60
C – Bancos Conta Movimento R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais R\$ 10.560,00
- d) D – Mercadorias para revenda R\$ 15.398,40
D – ICMS a recuperar R\$ 3.801,60
D – IPI a recuperar R\$ 1.920,00
C – Bancos Conta Movimento R\$ 10.560,00
C – Fornecedores Nacionais R\$ 10.560,00

16. (CFC/Consulplan/2022.2/Q16) Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e também à alíquota interna de 15%.

II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.

III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.

IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.

V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

- As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,

- O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

- a) R\$ 15.025,85

- b) R\$ 15.778,18
- c) R\$ 16.889,02
- d) R\$ 19.164,02

17. (CFC/Consulplan/2022.2/Q17) Por meio de Memorando Conjunto do Departamento Jurídico e do Departamento Tributário, o Departamento de Contabilidade da Cia.

Terra Prometida é comunicado de que a entidade acaba de ingressar com ação judicial contra a União, pleiteando créditos tributários cobrados a maior nos últimos cinco anos.

O documento informa ainda que, em casos parecidos, não há consenso sobre o efetivo direito das empresas, sendo possível, mas improvável, o desfecho favorável da ação.

Diante da situação descrita, e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o contador da Cia. Terra Prometida:

- a) Não deve proceder a qualquer registro contábil em contas patrimoniais, nem efetuar qualquer tipo de divulgação em notas explicativas.
- b) Deve registrar em conta de Ativo Diferido o valor das diferenças apuradas pelos outros setores, atualizados monetariamente e corrigidos por juros de mora.
- c) Deve divulgar o fato em notas explicativas sem, no entanto, proceder ao registro de qualquer direito no Balanço Patrimonial, ante a incerteza de fruição de benefícios econômicos futuros.
- d) Deve registrar em conta de Ativo Não Circulante – Realizável a Longo Prazo – Créditos Tributários, o montante provável de realização da ação judicial, em valores nominais, divulgando o fato em notas explicativas.

18. (CFC/Consulplan/2022.2/Q18) A Indústria W produz somente os produtos A, B e C e trabalhou com sua capacidade normal de produção. As informações seguintes foram coletadas na gerência de custos da Indústria W e se referem aos dados de produção dos produtos A, B e C no mês de abril/2022.

	Custos Diretos de Produção Variáveis/Total no mês	
	Mão de Obra	Matéria-Prima
Produto A	R\$ 15.000,00	R\$ 6.000,00
Produto B	R\$ 17.000,00	R\$ 21.000,00
Produto C	R\$ 42.000,00	R\$ 58.000,00

Custos Indiretos de Produção Fixos/Total no mês	
Manutenção das Instalações Fabris	R\$ 20.000,00
Aluguel	R\$ 15.000,00
Energia Elétrica	R\$ 25.000,00

Todo o processo de produção dos produtos A, B e C passa por três departamentos existentes na Indústria W. A indústria utiliza o critério de departamentalização para alocação dos Custos Indiretos de Produção Fixos a esses produtos e tais custos são assim distribuídos por departamento:

	Distribuído por	Departamento 1	Departamento 2	Departamento 3
Manutenção das Instalações Fabris	Horas/máquinas trabalhadas	100/horas	50/horas	50/horas
Aluguel	Área em m ²	50 m ²	50 m ²	150 m ²
Energia Elétrica	Consumo em kWh	200 kWh	300 kWh	500 kWh

A Indústria W utiliza as seguintes proporções para distribuição dos custos departamentais aos Produtos A, B e C:

	Departamento 1	Departamento 2	Departamento 3
Produto A	5%	30%	40%
Produto B	25%	15%	40%
Produto C	70%	55%	20%

Considerando única e exclusivamente as informações apresentadas, assinale a alternativa que evidencia, respectivamente, o custo total para produzir 1.000 unidades de cada um dos produtos A, B e C no mês de abril/2022.

- a) R\$ 37.150,00; R\$ 55.425,00; R\$ 126.425,00.
- b) R\$ 41.000,00; R\$ 58.000,00; R\$ 120.000,00.
- c) R\$ 41.000,00; R\$ 53.000,00; R\$ 125.000,00.
- d) R\$ 39.000,00; R\$ 53.000,00; R\$ 126.000,00.

19. (CFC/Consulplan/2022.2/Q19) Uma pequena indústria fabrica somente três produtos: produto A, produto B e produto C. Apesar de serem produtos distintos, eles têm em sua composição a matéria-prima X. O custo da matéria-prima X é de R\$ 2,00 por kg e, no mês de fevereiro de 2022, o consumo dessa matéria-prima para produzir cada um dos produtos foi:

- Produto A → 6 kg de matéria-prima por unidade produzida.
- Produto B → 2 kg de matéria-prima por unidade produzida.
- Produto C → 8 kg de matéria-prima por unidade produzida.

Outras informações levantadas em fevereiro de 2022:

- A pequena indústria produziu 1.000 unidades de cada produto e trabalhou com sua capacidade normal de produção;
- O total dos Custos Fixos Indiretos de fabricação foi de R\$ 43.000,00. Esse valor foi assim rateado entre os produtos: 30% para o Produto A, 35% para o Produto B e 35% para o Produto C; e,
- O Custo Total da mão de obra direta para fabricação dos três produtos foi de R\$ 40.000,00. Esse valor foi assim distribuído aos produtos: 25% para o Produto A, 30% para o Produto B e 45% para o Produto C.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas, assinale a alternativa que evidencia o custo unitário de cada unidade do produto A, produto B e produto C, respectivamente.

- a) R\$ 22,90; R\$ 27,05; R\$ 33,05.
- b) R\$ 24,90; R\$ 19,05; R\$ 31,05.
- c) R\$ 34,90; R\$ 16,00; R\$ 49,05.
- d) R\$ 34,90; R\$ 31,05; R\$ 49,05.

20. (CFC/Consulplan/2022.2/Q20) As informações seguintes foram coletadas na gerência de custos da Indústria A e se referem aos dados de produção e venda dos produtos Z e W no mês de fevereiro de 2022.

Itens	Custo Direto de Produção Variáveis/Total no mês	
	Z	W
Mão de obra	R\$ 20.000,00	R\$ 30.000,00
Matéria-prima consumida	R\$ 28.000,00	R\$ 42.000,00
TOTAL	R\$ 48.000,00	R\$ 72.000,00

Itens	Custos Indiretos de Produção Fixos/Total no mês
Manutenção de instalações fabris	R\$ 18.000,00
Outros custos indiretos	R\$ 37.000,00
TOTAL	R\$ 55.000,00

Produtos	Produção Total (kg)	Preço de Venda por kg	Receita de Vendas
Produto Z	20.000	R\$ 2,40	R\$ 48.000,00
Produto W	30.000	R\$ 0,80	R\$ 24.000,00

Informações adicionais:

- A produção total de Z e W foi completamente vendida no mês;
- A indústria produz somente os produtos Z e W e trabalhou com sua capacidade normal de produção; e,
- A indústria utiliza os custos totais com mão de obra direta como critério de rateio dos custos indiretos da produção.

Considerando única e exclusivamente as informações disponibilizadas e empregando o sistema de custeio por absorção, assinale o Resultado Bruto apurado pela indústria com a venda de toda a produção de Z e W no mês de fevereiro de 2022.

- a) -R\$ 48.000,00
- b) R\$ 72.000,00
- c) -R\$ 85.000,00
- d) -R\$ 103.000,00

21. (CFC/Consulplan/2022.2/Q21) Determinada empresa industrial, que produz dois tipos de produtos: chinelo azul e chinelo amarelo, está estruturada em três departamentos: Alfa, Beta e Gama. O departamento Gama não possui vínculo direto

com a fabricação dos dois produtos, mas presta serviço aos outros dois departamentos. A empresa apresentou as seguintes informações:

Departamento	Gasto por Departamento (R\$)
Alfa	3.000,00
Beta	4.000,00
Gama	9.000,00

Departamento	% de horas de trabalho – chinelo azul	% de horas de trabalho – chinelo amarelo
Alfa	60%	40%
Beta	40%	60%

Departamento	Quantitativo de serviços prestados pelo departamento Gama
Alfa	200
Beta	100

Considerando as informações disponibilizadas, assinale os custos a serem alocados à produção de chinelo azul e chinelo amarelo, respectivamente, empregando o critério do método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) para rateio de custos indiretos.

- a) R\$ 8.200,00; R\$ 7.800,00
- b) R\$ 3.400,00; R\$ 2.600,00
- c) R\$ 4.800,00; R\$ 4.200,00
- d) R\$ 3.000,00; R\$ 4.000,00

22. (CFC/Consulplan/2022.2/Q22) Determinada entidade do setor público registrou, no exercício de X1, um ativo no valor de R\$ 120,00. Porém, o valor correto seria de R\$ 90,00. Com isso, o superavit apurado foi maior que o superavit real, conforme apurado no Balanço Patrimonial do ano X1, na conta de Resultados Acumulados, como demonstrado a seguir:

Balanço Patrimonial – Ano X1 (R\$)			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 120,00	Passivo Circulante	R\$ 100,00
Ativo Não Circulante	R\$ 300,00	Passivo Não Circulante	R\$ 200,00
		Patrimônio Líquido	
		Resultados Acumulados	R\$ 120,00
Total	R\$ 420,00	Total	R\$ 420,00

No exercício seguinte (X2) foi identificado o erro. Neste exercício, antes do ajuste do erro, foi apurado o Balanço Patrimonial como demonstrado a seguir:

Balanco Patrimonial – Ano X2 (R\$)			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	R\$ 180,00	Passivo Circulante	R\$ 150,00
Ativo Não Circulante	R\$ 350,00	Passivo Não Circulante	R\$ 250,00
		Patrimônio Líquido	
		Resultados Acumulados	R\$ 130,00
Total	R\$ 530,00	Total	R\$ 530,00

Considerando a ocorrência de apenas o erro relatado e, ainda, unicamente as informações disponibilizadas, assinale a alternativa correta sobre o Balanço Patrimonial em X2 após a realização do ajuste.

- a) O valor total do Ativo no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 560,00.
- b) O valor do Ativo Circulante no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 180,00.
- c) O valor do Passivo Circulante no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 250,00.
- d) O valor do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial em X2 ajustado é de R\$ 100,00.

23. (CFC/Consulplan/2022.2/Q23) O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), que deve ser adotado por todos os entes da Federação, constitui um instrumento para a consolidação das contas nacionais, bem como para a adoção das normas internacionais de contabilidade.

Em relação aos aspectos relacionados ao PCASP, assinale a afirmativa correta.

- a) Nos lançamentos de natureza de controle, são debitadas e creditadas contas das classes 7 e 8.
- b) Para lançamentos da classe 1. ATIVO, utilizar-se-á uma conta da classe 5 (a crédito) e uma conta da classe 6 (a débito).
- c) De acordo com a estrutura do código da conta contábil, na conta 1.1.0.0.00.00 – Ativo Circulante, o primeiro dígito, ou seja, 1º nível, representa o Título.
- d) Na conta 1.2.1.4.1.00.00 Estoques – Consolidação, o 4º nível é o mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação.

24. (CFC/Consulplan/2022.2/Q24) Paulo, professor de Contabilidade Pública, alertou seus alunos para estudarem a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, principalmente em relação à classificação das receitas públicas, suas origens e detalhamento das categorias econômicas, com vistas a identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos, informando ainda que:

- As Receitas Públicas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição; e,

- A Lei nº 4.320/1964 classifica as Receitas Orçamentárias por Categoria Econômica em: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Considerando o exposto, assinale a alternativa que representa uma origem de Receita de Capital.

- a) Alienação de Bens.
- b) Receita de Serviços.
- c) Receita Patrimonial.
- d) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

25. (CFC/Consulplan/2022.2/Q25) A empresa Aços Planos S/A produz dois produtos em um único departamento e utiliza o método de Custeio por Absorção para apuração do custo de produção e avaliação dos estoques. Para apuração do custo de produção do mês de dezembro de 2021, foram apuradas as seguintes informações:

Aços Planos S/A – Dezembro / 2021		
Descrição	Produtos	
	A	B
Mão de obra direta	R\$ 10,00 / unidade	R\$ 15,00 / unidade
Matéria-prima	R\$ 20,00 / unidade	R\$ 25,00 / unidade
Quantidade produzida	1.500	3.000
Depreciação das máquinas	R\$ 40.000,00	R\$ 60.000,00
Custo total das embalagens	R\$ 7.500,00	R\$ 22.500,00

Aços Planos S/A – Dezembro / 2021		
Rateio – Custos indiretos de fabricação	Produtos	
	A	B
Aluguel da fábrica	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
Energia elétrica	R\$ 3.000,00	R\$ 9.000,00

Os custos indiretos de fabricação do mês de dezembro/2021 foram devidamente rateados (alocados) aos produtos. Com base nessas informações e, ainda, considerando que não havia saldos iniciais e finais de produtos em elaboração no mês de dezembro/2021, os custos de produção dos produtos A e B foram, respectivamente:

- a) R\$ 58.500,00; R\$ 157.500,00
- b) R\$ 98.500,00; R\$ 217.500,00
- c) R\$ 91.000,00; R\$ 191.500,00
- d) R\$ 95.500,00; R\$ 208.500,00

26. (CFC/Consulplan/2022.2/Q26) Uma empresa apresentou as seguintes informações extraídas de suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2021:

Caixa e equivalentes de caixa	R\$ 20.000,00
Ativo circulante	Equivalente a 60% do capital de terceiros
Imobilizado	R\$ 400.000,00
Fornecedores	R\$ 50.000,00

Passivo circulante	R\$ 200.000,00
Passivo não circulante	R\$ 300.000,00
Patrimônio líquido	R\$ 400.000,00
Receita líquida de vendas	R\$ 8.000.000,00
Lucro líquido do exercício	R\$ 70.000,00
Margem bruta	25%
Índice de liquidez seca	1,20
Lucro Bruto	R\$ 2.000.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas	R\$ 6.000.000,00

Considerando exclusivamente as informações do quadro anterior, o saldo dos estoques e o prazo médio de renovação dos estoques são, respectivamente:

- a) R\$ 60.000,00; 3,6 dias.
- b) R\$ 200.000,00; 12 dias.
- c) R\$ 240.000,00; 14,4 dias.
- d) R\$ 360.000,00; 21,6 dias.

27. (CFC/Consulplan/2022.2/Q27) Considerando o processo de gestão de uma instituição é constituído por um conjunto de processos decisórios organizados por fases que visam garantir a missão, otimizar os resultados econômicos e a eficácia empresarial, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Planejamento estratégico.
2. Planejamento operacional.
3. Planejamento tático.

() Elo entre operação e gestão. Possibilita que as operações da empresa flutuem, pois é flexível; o que dá capacidade de reação a imprevistos e mudanças.

() A premissa é assegurar o cumprimento da missão da empresa. Nessa fase, são identificadas as oportunidades e ameaças, pontos fortes e fracos.

() Foco de curto ou, no máximo, médio prazo, definindo ações departamentais e suas respectivas mensurações. É nessa etapa que os objetivos da empresa são desenhados em projetos e metas por setor.

() Busca-se identificar e escolher um plano de ação a ser implementado que otimize os resultados no curto, médio e longo prazo.

A sequência está correta em

- a) 3, 3, 2, 1.
- b) 3, 1, 3, 2.
- c) 2, 1, 3, 1.
- d) 3, 2, 1, 1.

28. (CFC/Consulplan/2022.2/Q28) Analise os excertos a seguir.

I. “As demonstrações contábeis nele devem ser transcritas, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.”

II. “Nele devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.”

Podemos afirmar que tais informações se referem ao seguinte livro contábil:

- a) Livro Caixa.
- b) Livro Diário.
- c) Livro Razão.
- d) Livro de Registro de Inventário.

29. (CFC/Consulplan/2022.2/Q29) Em setembro de 2015, determinado contribuinte pagou, no vencimento, R\$ 2.000,00 a título de tributo estadual. Poucos meses depois, ele tomou ciência que o valor pago era significativamente maior que o devido. Encontrando-se muito atarefado, ele deixou de tomar qualquer medida que viabilizasse a restituição do valor pago a maior.

Em março de 2020, o contribuinte descobriu que possuía um débito tributário no montante de R\$ 1.000,00 com a fazenda estadual pelo não pagamento de outro imposto. Visando regularizar sua situação com o Fisco, ele preencheu requisição administrativa para que a obrigação pendente fosse extinta através da compensação.

O fisco, contudo, em 2022, responde negativamente ao pedido. Diante da negativa, o contribuinte deverá:

- a) Aceitar a decisão, pois demorou tempo demais e seu direito prescreveu.
- b) Ajuizar ação para anular e desconstituir a decisão administrativa que negou o seu pedido.
- c) Fazer uma nova requisição administrativa no prazo máximo de três dias a contar da decisão do Fisco.
- d) Desistir de recuperar o valor pago a maior, pois o poder público, em nenhuma hipótese, efetua devoluções de valores tributários pagos a maior.

30. (CFC/Consulplan/2022.2/Q30) Diversos aspectos de legislação e normativos tributários estão presentes no cotidiano daqueles que militam na área contábil. É necessário que o contador entenda os conceitos de fato gerador, bases de cálculo e alíquotas dos tributos incidentes sobre as diversas operações efetuadas pelas entidades.

Nesse sentido, analise as contas contábeis de resultado demonstradas a seguir, extraídas do balancete de verificação de uma determinada Cia. (empresa do ramo industrial) em 31/12/2021.

PIS/COFINS sobre Faturamento	R\$ 3.850,00
Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana	R\$ 2.125,00
ICMS sobre vendas	R\$ 11.295,00
Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	R\$ 1.945,00
Faturamento Bruto de Vendas de Produtos	R\$ 45.090,00
INSS/FGTS	R\$ 8.660,00
Vendas Canceladas	R\$ 2.320,00
Descontos Financeiros Obtidos	R\$ 1.105,00
IRPJ Corrente	R\$ 2.125,00
PIS sobre a Folha de Pagamentos	R\$ 975,00
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	R\$ 390,00
IPI sobre o Faturamento	R\$ 4.125,00
Comissão sobre Vendas	R\$ 2.770,00
CSLL Corrente	R\$ 1.435,00
Descontos Incondicionais Concedidos	R\$ 1.200,00

Com base nos dados anteriores, assinale a alternativa que representa corretamente a Receita Líquida de Vendas da citada Cia. em 2021.

- a) R\$ 19.440,00
- b) R\$ 20.265,00
- c) R\$ 21.235,00
- d) R\$ 22.210,00

31. (CFC/Consulplan/2022.2/Q31) Em 2021, uma cadeia de lojas passou a avaliar a abertura de uma nova filial em 2022, cujo investimento inicial era R\$ 50.000,00. Os contadores estimaram as receitas e as despesas, em reais, para os primeiros anos da filial, do seguinte modo:

Ano	Receitas	Despesas
2022	R\$ 50.000,00	R\$ 80.000,00
2023	R\$ 60.000,00	R\$ 50.000,00
2024	R\$ 80.000,00	R\$ 50.000,00
2025	R\$ 100.000,00	R\$ 60.000,00
2026	R\$ 110.000,00	R\$ 60.000,00

Assinale o ano da ocorrência do payback simples:

- a) 2023
- b) 2024
- c) 2025
- d) 2026

32. (CFC/Consulplan/2022.2/Q32) Em 01/01/2021, uma empresa contraiu uma dívida com terceiros no valor de R\$ 20.000,00. A empresa pagou toda a dívida em 31/10/2021. Na data, a soma do principal e dos juros foi de R\$ 28.000,00. Considerando o regime de juros simples, qual a taxa de juros mensal paga pelo empréstimo?

- a) 3,63%
- b) 4,00%
- c) 4,40%
- d) 5,00%

33. (CFC/Consulplan/2022.2/Q33) Empresa brasileira fundada na década de 1949 atua em um mercado muito competitivo e dominado por grandes grupos multinacionais. Essa empresa precisa oferecer sempre soluções inovadoras e criativas a seus clientes, caso contrário, corre o risco de perder mercado e ser “engolida” por alguma gigante do setor.

A Demonstração Financeira, elaborada pela citada empresa, que permite aos interessados visualizar sua posição financeira e patrimonial em determinada data trata-se de:

- a) Balanço Patrimonial.
- b) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- c) Demonstração do Valor Adicionado.
- d) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados.

34. (CFC/Consulplan/2022.2/Q34) Os elementos reconhecidos nas demonstrações contábeis são quantificados em termos monetários. Isso exige a seleção de uma base de mensuração. A base de mensuração é uma característica identificada de item sendo mensurado.

Aplicar a base de mensuração a ativo ou passivo cria uma mensuração para esse ativo ou passivo e para as respectivas receitas e despesas.

De acordo com o disposto na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, NÃO é(são) considerado(s) como base de mensuração do Valor Atual de item a ser mensurado:

- a) Valor justo.
- b) Custo histórico.
- c) Custo corrente.
- d) Valor em uso e Valor de Cumprimento.

35. (CFC/Consulplan/2022.2/Q35) Conhecer as normas que regem um negócio ou uma profissão é fundamental para o desenvolvimento, a valoração e a permanência da empresa e do profissional no mercado. O desconhecimento de normatizações e regulamentações pode prejudicar a empresa e, por isso, é muito importante que o profissional de contabilidade busque sua certificação e constante atualização. Considerando as definições constantes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, relacione adequadamente os termos apresentados aos seus respectivos significados.

1. Classificação.
2. Prudência.
3. Desreconhecimento.

4. Agregação.

5. Recurso econômico.

() Parte ou totalidade de determinado ativo ou passivo é apartada (retirada) do Balanço Patrimonial da entidade.

() Organização de itens que compõem os demonstrativos financeiros com base em características compartilhadas para fins de apresentação e divulgação.

() Soma de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas que possuem características compartilhadas e são incluídas na mesma classificação.

() Direito que tem potencial de produzir benefícios econômicos.

() Exercício de cautela ao fazer julgamentos sob condições de incerteza.

A sequência está correta em

a) 4, 2, 1, 5, 3.

b) 3, 4, 1, 2, 5.

c) 2, 5, 4, 3, 1.

d) 3, 1, 4, 5, 2.

36. (CFC/Consulplan/2022.2/Q36) Considerando o processo e os critérios de reconhecimento e desreconhecimento, além de outras conceituações existentes na NBC TG – Estrutura Conceitual para relatório financeiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Reconhecimento é o processo de captação para inclusão no balanço patrimonial e na demonstração do valor adicionado de item que não atenda à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis.

() Reconhecimento de ativo ou passivo específico é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas também representação fidedigna desse ativo ou passivo e de quaisquer receitas, despesas ou mutações do patrimônio líquido resultantes.

() Somente itens que atendam à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial. De igual forma, somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na Demonstração do Resultado e na Demonstração do Resultado Abrangente. Contudo, nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

() Não é possível definir precisamente quando o reconhecimento de um ativo ou passivo fornece informações úteis aos usuários das demonstrações contábeis, a um custo que não supere seus benefícios.

A sequência está correta em

a) V, F, F, V.

b) F, V, V, V.

c) V, V, F, F.

d) F, V, F, V.

37. (CFC/Consulplan/2022.2/Q37) Em uma reunião da diretoria de determinada empresa com o contador, chefe do departamento de contabilidade, o diretor financeiro questionou se poderia deixar de recolher os tributos devidos no ano de 2022, na expectativa de o governo conceder anistia de débitos tributários em decorrência da pandemia de Covid-19.

O contador examinou as normas tributárias atuais e alertou a toda diretoria, oficialmente e por escrito, da existência de penalidades aplicáveis nos recolhimentos de tributos em atraso, e orientou que os tributos fossem recolhidos nos prazos estabelecidos na legislação então vigente.

Considerando unicamente a situação descrita e com base no Código de Ética Profissional do Contador (NBC PG 01 de 07/02/2019), analise a conduta ética do profissional de contabilidade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() Exerceu a profissão contábil com imprudência, já que existe a expectativa do governo conceder anistia de débitos tributários.

() Exerceu a profissão contábil com zelo, pois alertou sobre a existência de penalidades aplicáveis nos recolhimentos de tributos em atraso.

() Exerceu a profissão contábil com negligência, considerando que a sua orientação poderá ocasionar uma redução no patrimônio do cliente.

() Exerceu a profissão contábil com diligência, pois orientou que os tributos fossem recolhidos nos prazos estabelecidos na legislação vigente.

A sequência está correta em

- a) F, V, V, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, F, V, F.
- d) F, V, F, V.

38. (CFC/Consulplan/2022.2/Q38) De acordo com a NBC PG 01 de 2019 (Código de Ética Profissional do Contador), analise as afirmativas a seguir.

I. O contador pode indicar, em veículo de comunicação, os trabalhos realizados e a relação de clientes, quando por estes autorizado.

II. É vedado ao contador transferir, ainda que parcialmente, a execução de serviços a seu cargo a outro profissional.

III. Com a anuência por escrito do cliente, o contador pode transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional.

IV. Os profissionais de contabilidade poderão executar campanhas agressivas de marketing, estipulando honorários em valores irrisórios para angariação de grande quantidade de clientes.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.

39. (CFC/Consulplan/2022.2/Q39) O contador é o profissional que cuida de questões econômicas, financeiras, tributárias e patrimoniais de pessoas físicas e jurídicas e, por isso, a sua atuação deve ser sempre pautada pela conduta ética. De acordo com a NBC PG 100 (R1), relacione a conduta do profissional da Contabilidade descrita na afirmativa a seguir, com o respectivo princípio fundamental de ética.

1. Ser direto e honesto em todas as relações profissionais e comerciais.
2. Respeitar o sigilo das informações obtidas.
3. Cumprir as leis e os regulamentos pertinentes para evitar a conduta indevida.
4. Atuar de forma diligente e de acordo com os padrões técnicos e profissionais aplicáveis.

- () Competência profissional e devido zelo.
- () Comportamento profissional.
- () Integridade.
- () Confidencialidade.

A sequência está correta em

- a) 2, 3, 4, 1.
- b) 3, 4, 2, 1.
- c) 4, 3, 1, 2.
- d) 3, 2, 1, 4.

40. (CFC/Consulplan/2022.2/Q40) Considerando a legislação sobre Ética Profissional, incluindo normas correlatas, especificamente no que se refere à NBC PO 900, que dispõe sobre a independência para trabalho de asseguarção diferente de auditoria e revisão, analise as afirmativas a seguir.

I. Os trabalhos de asseguarção devem ser, obrigatoriamente, baseados em afirmações ou em relatórios diretos, casos em que envolvem, unicamente, duas partes distintas: a firma e a parte responsável.

II. No trabalho de asseguarção, a avaliação e, concomitantemente, a mensuração do objeto, devem ser realizadas, exclusivamente, pela firma.

III. A conclusão dos trabalhos de asseguarção visa aumentar o nível de confiança da parte responsável.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a afirmativa II está eivada de vícios que a invalidam.
- b) Todas as afirmativas estão corretas e de acordo com as normativas.
- c) As afirmativas I, II e III estão equivocadas e em desacordo com as normativas.
- d) Apenas a afirmativa III está equivocada, pois os trabalhos de asseguarção podem aumentar a confiança de todos os envolvidos, inclusive da parte responsável.

41. (CFC/Consulplan/2022.2/Q41) A contabilidade é atividade tradicional no meio corporativo. Toda empresa necessita de um profissional de contabilidade para organizar e registrar adequadamente suas atividades.

Para que os profissionais da área atuem de modo adequado, é necessário seguir diretrizes éticas e técnicas específicas. Portanto, faz-se necessário que referido profissional tenha conhecimento das disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade.

Considerando os procedimentos e critérios estabelecidos na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, analise as afirmativas a seguir.

I. Ativo intangível é um ativo monetário não identificável e sem substância física.

II. Nos termos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, todos os ativos intangíveis devem ser considerados como tendo vida útil finita. Caso a vida útil do ativo intangível não puder ser estabelecida de forma confiável, a vida útil deve ser determinada com base na melhor estimativa da administração, mas não deve exceder a dez anos.

III. Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1), Ativo Intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

IV. A vida útil de ativo intangível que não é amortizado não necessita ser revisada periodicamente.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I, II e III.
- d) I, II e IV.

42. (CFC/Consulplan/2022.2/Q42) O Conselho Federal de Contabilidade edita normas destinadas não apenas ao setor privado, mas também ao setor público e ao terceiro setor.

Para regulamentar os registros de receitas e despesas no setor público, bem como a elaboração das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, foram elaboradas as NBC TSP, em consonância com as normas internacionais.

Com base na Norma Brasileira de Contabilidade aplicada ao Setor Público – Estrutura Conceitual, de 23/09/2016, assinale a afirmativa correta.

- a) As Normas Brasileiras de Contabilidade Pública não se aplicam às empresas estatais dependentes.
- b) A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- c) Para usufruir plenamente do potencial de serviços ou da capacidade de gerar benefícios econômicos de um recurso, a entidade deve ter a propriedade legal deste recurso.
- d) A contabilidade aplicada ao setor público adota, no Brasil, um regime misto para registro das variações patrimoniais: de caixa para as variações aumentativas e de competência para as variações diminutivas.

43. (CFC/Consulplan/2022.2/Q43) Em reunião com o departamento de contabilidade, o advogado de determinada empresa informa à chefia responsável, que, no último mês, a empresa foi notificada da existência de três ações judiciais, cujas características são:

I. Ação de natureza trabalhista, ajuizada por ex-funcionário que alega o não recebimento de verbas. O advogado julga provável que será necessário desembolsar, até o encerramento do exercício seguinte, o valor de R\$ 15.000,00, baseado em decisões recentes de casos semelhantes.

II. Ação de natureza fiscal, no valor de R\$ 9.000,00, ajuizada pela Prefeitura Municipal, que alega erro na base de cálculo do Imposto sobre Serviços recolhido pela empresa no último ano. O advogado afirma ser possível uma saída de recursos, mas não sabe estimar com confiança o prazo de sua ocorrência.

III. Ação de natureza ambiental, movida pela autarquia de água e esgoto do município, que alega descarte irregular de lixo da empresa, e solicita indenização de R\$ 14.000,00. O advogado afirma que a probabilidade de saída de recursos em decorrência deste litígio é remota, quase nula.

Considerando o exposto e com base na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a afirmativa correta.

- a) O contador deve proceder ao reconhecimento de um passivo exigível de R\$ 15.000,00, além de constituir provisão no Passivo Não Circulante no valor de R\$ 23.000,00.
- b) As ações judiciais descritas nos itens I, II e III configuram-se como passivos contingentes; portanto, não é necessária qualquer provisão ou divulgação em Notas Explicativas.

c) O procedimento a ser adotado pelo contador, em conformidade com a Norma citada, é o reconhecimento imediato de provisão no Passivo Circulante, no valor total de R\$ 38.000,00.

d) A ação descrita no item I requer a constituição de uma provisão, no Passivo Circulante, no valor de R\$ 15.000,00, enquanto as ações descritas nos itens II e III devem ser consideradas Passivos contingentes e, por isso, não devem ser reconhecidas. Contudo, há a necessidade de divulgação, em Notas Explicativas, da ação descrita no item II.

44. (CFC/Consulplan/2022.2/Q44) As NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas foi emitida pelo CFC para aplicação às demonstrações contábeis para fins gerais de Pequena e Média Empresa (PME), conjunto composto por sociedades fechadas e que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas. Em relação às demonstrações contábeis da PME, assinale a afirmativa correta.

a) São dirigidas às necessidades comuns de usuários externos à entidade inclusive de acionistas.

b) Estão inclusas aquelas que são apresentadas separadamente ou dentro de outro documento público como um relatório anual ou um prospecto.

c) São direcionadas às necessidades de informação financeira gerais por parte de usuários que não estão em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação.

d) Em regra geral são produzidas apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais e, sendo apenas para esta finalidade, não são necessariamente demonstrações contábeis para fins gerais.

45. (CFC/Consulplan/2022.2/Q45) No contexto da auditoria de demonstrações contábeis, o objetivo geral do auditor independente é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorções relevantes. Para tanto, deverá estar atento a uma série de riscos potenciais, que devem ser identificados, avaliados e respondidos, de forma a minimizar eventuais impactos sobre o trabalho de auditoria. Sobre o tema e com base nas normas de auditoria vigentes no Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) O risco de distorção relevante, composto pelo risco inerente e pelo risco de controle, é o risco da entidade e, portanto, sua existência independe da auditoria.

b) O risco de auditoria é uma expressão utilizada para designar a possibilidade de o auditor expressar opinião inadequada quando as demonstrações contiverem distorção relevante.

c) Ao aplicar os procedimentos de auditoria que julga necessários e conduzir seus trabalhos de acordo com as normas de auditoria, o auditor reduz o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.

d) Denomina-se risco de detecção aquele relacionado à possibilidade de haver uma distorção relevante em um saldo contábil que poderia ter sido prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.

46. (CFC/Consulplan/2022.2/Q46) Empresa brasileira, de capital aberto, com ações negociáveis em Bolsa de Valores, obteve um prejuízo operacional equivalente a R\$ 130 milhões e um prejuízo líquido equivalente a R\$ 160 milhões em 2021. Em consequência, o prejuízo diluído por ação foi equivalente a R\$ 0,50.

Preocupado com a repercussão desses números junto aos usuários das demonstrações contábeis, dentre eles os acionistas, os administradores solicitaram reunião com os auditores independentes a fim de esclarecer que os resultados da atividade econômica da empresa foram fortemente impactados pela pandemia Covid-19, exporem a preocupação em relação às incertezas quanto ao futuro da empresa e a melhor forma de divulgar as demonstrações contábeis.

Os auditores independentes, no intuito de melhor informar os administradores, prestaram os seguintes esclarecimentos; analise-os.

I. É recomendável e aconselhável que as companhias reportem os efeitos da pandemia nas demonstrações contábeis.

II. Em virtude de a atividade econômica ter sido impactada pela pandemia não é prudente divulgar ao mercado eventuais incertezas relativas à capacidade da empresa de continuar em operação.

III. A tarefa de julgar o resultado da empresa é dos usuários das demonstrações contábeis que, para tanto, precisam ter acesso a informações contábeis relevantes e tempestivas, neutras e livres de qualquer viés.

IV. As demonstrações financeiras devem ser preparadas no pressuposto da descontinuidade da companhia.

V. Se a administração tiver ciência de incertezas relevantes relacionadas com eventos ou condições que possam lançar dúvidas significativas a respeito da continuidade da companhia, não deve divulgá-las ao mercado.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, IV e V.

47. (CFC/Consulplan/2022.2/Q47) Os contadores João e Gabriel foram indicados para participar como peritos em um processo judicial, no qual é requerido conhecimento contábil para apurar o custo de produção e a margem de lucro de determinados produtos. João foi nomeado perito do juízo e Gabriel foi indicado por uma das partes para atuar como assistente técnico.

Das quatro afirmativas a seguir que apresentam informações relacionadas à nomeação e atuação de João e de Gabriel, a afirmativa que NÃO contraria as diretrizes estabelecidas na NBC PP 01 (R1) – Perito Contábil é:

- a) Para comprovar sua habilitação profissional, o perito João anexou a Certidão de Regularidade Profissional emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade no primeiro ato de sua manifestação ao juízo.
- b) Gabriel foi indicado por uma das partes, pois já conhece os aspectos contábeis relacionados ao litígio, tendo atuado como consultor do contratante acerca do objeto da discussão, o que lhe concede todos os atributos técnicos e legais exigíveis para atuar como Assistente Técnico e torna dispensável a celebração de contrato de prestação de serviços com o seu cliente.
- c) João, perito do juízo, elaborou sua proposta de honorários, incluindo o plano de trabalho. O atendimento a quesitos suplementares/complementares é algo corriqueiro em perícias contábeis, tendo em vista que alguns assuntos são inerentemente complexos e podem ser de difícil compreensão. Assim, João julgou não ser necessário tratar desse assunto em sua proposta de honorários.
- d) Durante a realização dos trabalhos periciais, João identificou a necessidade de realização de diligências, para obtenção de elementos de prova e elucidação de dúvidas. Tendo em vista que todos os detalhes da diligência e que os elementos de prova serão devidamente consignados e descritos no laudo pericial, João julgou não ser necessário comunicar previamente ao assistente técnico Gabriel sobre a realização da diligência.

48. (CFC/Consulplan/2022.2/Q48) Considerando a legislação profissional vigente sobre perícia, bem como o Código de Processo Civil e a Lei nº 12.030/2009, que versa sobre perícias oficiais, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.
- b) No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, não sendo exigido concurso público, nem formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.
- c) Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são considerados peritos de natureza criminal, inclusive os peritos criminais com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.
- d) O profissional de contabilidade que atua como perito, ao prestar informações inverídicas, seja por dolo ou culpa, responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis.

49. (CFC/Consulplan/2022.2/Q49) O profissional de contabilidade tem à posição ideal para assistência à identificação antecipada de ilícitos pelo seu acesso à informação (Taylor & Thomas, 2012), lidando com decisões que podem resultar em julgamentos éticos e morais.

Contudo, podem vivenciar o dilema de lealdade, que ocorre à uma pessoa que queira denunciar um malfeito referente à entidade na qual atua (Elliston, 1982), tendo historicamente, dentre seus deveres profissionais, o sigilo sobre o que souber no exercício profissional (Resolução CFC nº 80/1996).

Argumentamos que é diante desse dilema, entre à cultura do sigilo e do potencial de denúncia, que as Lis (lógicas institucionais) socialmente construídas exercem poder, influenciando a reflexão do contador quanto à intenção de denúncia, em contraponto aos estudos atualmente desenvolvidos no país.

(AYRES, Rosângela Mesquita. SAUERBRONN, Fernanda Filgueira. FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Artigo Original. Rev. contab.

finanç. 33 (89). May-Aug 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112830>. Fragmento adaptado.)

O uso do sinal indicativo de crase refere-se, dentre outras possíveis situações, à relação estabelecida entre o termo regente e o termo regido. Dentre os fragmentos destacados a seguir, identifique aquele que exemplifica a relação exposta anteriormente em conformidade com a norma-padrão da Língua Portuguesa.

- a) “O profissional de contabilidade tem à posição ideal [...]”
- b) “[...] que ocorre à uma pessoa que queira denunciar [...]”
- c) “[...] entre à cultura do sigilo e do potencial de denúncia, [...]”
- d) “[...] posição ideal para assistência à identificação antecipada de ilícitos [...]”

50. (CFC/Consulplan/2022.2/Q50) O profissional de contabilidade é visto como conservador, inflexível e técnico (Longo et al., 2014), mas percebido com integridade e responsabilidade social (Cardoso et al., 2006). Ao desempenhar seu papel, o profissional de contabilidade enfrenta regras formais, legais e morais de comportamento relacionadas às questões éticas.

Compreende-se como ética a preocupação quanto aos julgamentos morais envolvidos na tomada de decisões sobre o que é moralmente certo ou errado ou, ainda, moralmente bom ou ruim, pressupondo-se a existência de padrões morais os quais afetam nosso bem-estar humano, não estabelecidos ou alterados por decisões de órgãos competentes, baseando-se em julgamentos imparciais que sobrepõem os próprios interesses (Riahi-Belkaoui, 2004).

(AYRES, Rosângela Mesquita. SAUERBRONN, Fernanda Filgueira. FONSECA, Ana Carolina Pimentel Duarte da. Artigo Original. Rev. contab.

finanç. 33 (89). May-Aug 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1808-057x202112830>.)

Considerando-se que o emprego dos sinais de pontuação é de fundamental importância para a adequada compreensão da mensagem e da intencionalidade do autor do texto, referente ao uso da pontuação assinale a alternativa correta.

- a) Em “O profissional de contabilidade é visto [...]”, a vírgula seria obrigatória após “contabilidade” caso o sujeito sofresse variação de número.

- b) O emprego da vírgula após a expressão “Ao desempenhar seu papel” tem como principal justificativa eliminar produção de possível ambiguidade.
- c) Imediatamente após o termo “conservador”, a vírgula foi empregada por inserção de segmento que interrompe uma sequência sintática direta.
- d) A vírgula que antecede o termo “mas”, no primeiro período do texto, poderia ser substituída por ponto e vírgula ressaltando-se o contraste expresso pela adversativa.

CONTATO E REDES SOCIAIS:

1. Email momentodeestudar@gmail.com
2. Blog e Redes Sociais www.momentodeestudar.com.br/links

GABARITO PÓS-RECURSOS – EXAME DE SUFICIÊNCIA COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL EM CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE (CRC)

As questões com # foram anuladas;

As questões em **negrito** tiveram a alternativa de resposta alterada;

As demais permaneceram inalteradas.

CURSO: BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (TIPO 01 – BRANCA)

01	C	26	A
02	D	27	B
03	A	28	B
04	A	29	B
05	C	30	D
06	B	31	C
07	B	32	B
08	#	33	A
09	B	34	B
10	B	35	D
11	#	36	B
12	B	37	D
13	C	38	B
14	B	39	C
15	A	40	C
16	#	41	B
17	A	42	B
18	A	43	D
19	D	44	D
20	D	45	D
21	A	46	A
22	D	47	A
23	A	48	B
24	A	49	D
25	B	50	D

O SENHOR É O MEU
PASTOR,
NADA ME FALTARÁ

SALMO 23

Prof^a. Eliane Reis

www.momentodeestudar.com.br



/MOMENTODEESTUDAR